

DEUS E O ESTADO: Da Religião e da Política

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho olharemos somente para a política e para as religiões ocidentais de origem abraâmica, mais especificamente o cristianismo.

Os problemas colocados e que procuramos responde-los neste estudo foram: Qual a possibilidade da existência ou da inexistência de Deus? O Estado é uma construção humana ou uma algo inerente à razão humana? O que é política e que é religião? Qual é a relação entre religião e política? É possível que, no futuro, a religião venha desaparecer da sociedade humana?

O método usado foi o da pesquisa histórico-bibliográfico. Pois, procuramos resolver os problemas acima colocados através de consultas de documentos, livros e artigos científicos já publicados sobre o assunto.

No primeiro capítulo trabalhamos a questão da possibilidade, ou não, de um sujeito divino. No segundo, discorremos sobre o Estado. E, nos terceiro e quarto, abordamos as relações entre religião e política. Na conclusão apresentamos as possíveis respostas para os problemas aqui colocados.

2 DA POSSIBILIDADE E DA IMPOSSIBILIDADE DE DEUS

Começamos citando Bakunin (2014, p. 46) que afirmou que nas “[...] palavras de Voltaire: ‘Se Deus não existisse seria preciso inventá-lo’”, complementou dizendo “[...] inverto a frase de Voltaire e digo que, se Deus existisse, seria preciso aboli-lo” (BAKUNIN, 2014, p. 58). Como não queremos inventá-lo nem aboli-lo, falemos da possibilidade, ou não, da existência de um sujeito divino.

Na teologia, epistemologicamente, o problema está no critério de verdade. Pois, para afirmar ou negar as verdades teológicas o critério é o mesmo, é o critério da fé. O crente tem fé na existência de “A” e o incrédulo (ateu) tem fé na inexistência de “A”. Um afirma “A”, outro afirma “~A”. Mas, ambos não demonstram a existência ou a inexistência de “A”.

Tomás de Aquino (1225-1274), pelas Cinco Vias¹, tentou demonstrar de forma lógica a existência de um sujeito divino. Essas vias são: (1) Primeiro motor imóvel. (2) Primeira causa eficiente. (3) Ser Necessário e os seres possíveis. (4) Graus de Perfeição. (5) Governo Supremo. Porém, essa tentativa tomista cai numa petição de princípio. Em lógica, petição de princípio é afirmar algo sem demonstrá-lo com clareza e precisão. Ou seja, afirma-se “A” sem demonstrar “A”.

Assim, a questão teísta é movida pela fé e fé é uma coisa que não cabe na razão humana, como afirmou o teólogo e filósofo dinamarquês Kierkegaard, que “[...] a fé começa precisamente onde acaba a razão” (1984, p. 140). Segundo esse pensador, o homem de fé é um ser angustiado. Pois, constrói a sua fé, recorre a não-fé (razão) para confirmá-la e a não-fé a destrói, levando-o à angústia.

Na filosofia o sujeito divino é identificado pelos seus atributos de onisciência, onipresença e onipotência (SAVIAN Filho, 2008). Analisemos tais atributos e suas implicações para as religiões de matriz abraâmicas que, aparentemente, são monoteístas, com um deus é antropomórfico. O antropomorfismo parecia Deus com um homem com superpoderes. Ou, como apontou Feuerbach (1988, p.60) que, se “[...] Deus fosse objeto para o pássaro, seria objeto pra ele apenas como um ser alado”. É um deus à imagem e semelhança do homem ou vice-versa.

Sendo Deus onisciente, antes de cada pessoa nascer, Ele já sabe quem receberá e quem não receberá a graça da salvação. Assim, podemos inferir que aquele que reza pedindo algo a Deus, desagrada-o e o injuria. Logicamente, qualquer pedido é a negação da onisciência divina. Poder-se-ia apelar para o livre-arbítrio. Pois, nesta concepção filosófica o homem seria livre para pecar ou não pecar. Mas, se Deus é ser onisciente, saberá como cada pessoa optará entre pecar e não pecar. Se não souber, não seria onisciente.

O atributo da onipotência trata do ser absoluto e infinito. Então, pergunta-se: Como o absoluto pode estar no tempo e no espaço? A não ser que o absoluto seja o próprio tempo e o espaço. Pois, por exemplo, racionalmente, entre o número 1 e o número 2, podem-se colocar infinitos número e entre um ponto “A” e um ponto “B” qualquer, cabem infinitas divisões. Logo, parece que o infinito cabe num espaço finito e o absoluto também.

¹ SILVA, A. C. da. Cinco Vias Para Demonstrar a Existência de Deus. Vide Referências.

A onipresença cai no mesmo problema. Como uma coisa pode estar presente no espaço e fora do espaço? Como pode estar presente no tempo e fora dele? Lembrando que tudo o que está no tempo e no espaço é perecível, no sentido de modificação. Logo, como afirma Silva (2010), os não-perecíveis, os não-modificáveis, por exemplo, Deus e alma humana, no sentido cartesiano, não poderiam estar no tempo, nem no espaço.

O atributo da perfeição é tão problemático quanto aos anteriores. Pois, olhando a natureza e o cosmos, vê-se que ambos estão repletos de imperfeições. Partindo-se do pressuposto que Deus foi o causador de tudo isso, pergunta-se: Como um ser perfeito pode causar imperfeições? Um ser perfeito só pode gerar perfeições ou não é perfeito. Pode-se pensar como defendeu Descartes (1996) que Deus é perfeito, porém não tinha e não tem obrigação de criar homens e mulheres perfeitos, mas deu livre-arbítrio para que se tornem, ou não, perfeitos. Como apontado acima, o livre-arbítrio cartesiano não invalida a onisciência divina. Pois Deus, antes de qualquer ser nascer já saberia quem buscaria e quem não buscaria a perfeição.

Podemos tentar demonstrar um sujeito divino, ou uma energia cósmica unificadora, pela teoria do *Big Bang* que, segundo Frei Beto (1995), guarda certa semelhança com o mito do gênesis bíblico, porém escrito em linguagem científica. Pois, ao parearmos os sete dias míticos do gênesis com os milhões de anos, a partir de 13,5 milhões de anos passados, veremos que se encaixam perfeitamente, apenas com uma pequena inversão. Pois, no gênesis bíblico (1982), inicialmente Deus criou o céu e a terra e depois a luz e no Big-Bang a primeira coisa aparecer foi a luz, a partir da expansão de um átomo primordial. Na linguagem mítica do gênesis afirma que no sétimo dia Deus viu que suas criações eram boas, manteve-as e descansou. No Big-Bang o sétimo seria o hoje.

A teoria do *Big Bang* afirma a existência de um átomo primordial que, em dado momento, expandiu-se, como apontou Hawking (1992, p. 165) o “[...] universo tinha tamanho zero e a temperatura infinitamente quente quando da grande explosão. Mas, à medida que ele se expandia, a temperatura da radiação diminuía”. Completa afirmando que “[...] se a razão de expansão no segundo imediatamente posterior à grande explosão tivesse sido menor, mesmo que em proporção de apenas uma em cem trilhões, o universo teria colapso novamente antes de atingir o seu tamanho atual” (HAWKING, S. W., 1992, p. 172). Assim, embora Einstein tenha

afirmado que “Deus não joga dados” (HAWKING, 1982, p. 89), por essa teoria, a partir da expansão inicial, tudo é acaso. Então, Deus joga dados.

Tal como está no mito do gênesis bíblico que, a partir do “nada”, Deus criou o universo, pela teoria do *Big Bang*, a partir do conceito da anulação mútua dos contrários, podemos sustentar posição equivalente. Temos como ponto de partida o inverso do processo de anulação mútua, teremos os contrários se separando a partir do nada. A esse respeito escreve Atkins (1985, p.109) que o

[...] exemplo cósmico deste comportamento é a existência de matéria e de antimatéria. A colisão entre uma partícula e uma antipartícula conduz a essencialmente nada, uma gota de energia; uma partícula e uma antipartícula podem ser geradas a partir do essencialmente nada. O universo presente ferve com este tipo de actividade, com a energia (espaço-tempo enrolado), a dar origem a partículas e antipartículas, e estas a sucumbir novamente em energia.

Assim, a base do aparecimento da matéria e do universo seria binária simples, como a diferença entre “um” e “menos um” como escreveu Atkins (1985, p. 109) que

[...] a base do universo deve ser essencialmente tão simples como a diferença simbolizada por 1 e -1, ou por sim e não, ou (de uma forma mais prosaica) por verdadeiro e falso. (...) Só a diferença simbolizada por 1 e -1, por um e nenhum, por ponto e não-ponto. (...) No fundo o universo é uma poeira de formas binárias. É isso a poeira do espaço-tempo.

Para simplificar o exposto, toma-se um modelo matemático. O número “zero” só possui sentido quando é pensado como um “número composto”, como por exemplo, $-1 + 1 = 0$. O “Zero” representando o *nada*. Invertendo-se a proposição: $0 = -1 + 1$, tem-se o -1 representando a antimatéria e o 1 representando a matéria e ambas se deslocando na flecha do tempo, em sentidos opostos. Como escreveu Henri Lefebvre (1975, p. 9), o “zero” “[...] só pode ser concebido logicamente como algo *neutro*: ponto inicial ou final, começo ou fim de uma ordem (ou de uma desordem), parte vazia de um conjunto, ou conjunto de mensuração nula”.

Pelo exposto acima, pode-se concluir que *do nada* tudo vem e que não existe criação e sim um movimento de aparecimento, auto-sustentação e modificação. Embora Prigogine (1996, p. 187), tenha defendido uma teoria parecida com a de Atkins, ele discordou sobre o “nada” e afirmou que tal “[...] modelo *não* descreve

uma criação *ex nihilo*. Pois, o vácuo quântico (*nada*) já é caracterizado pelas constantes universais, e, por *hipótese*, podemos atribuir-lhes o mesmo valor que possuem hoje”. Mas, seguimos Kant (2001) que escreveu que não podemos “[...] afirmar que o mundo foi criado a partir do nada, nem que não foi a partir do nada”. Pois, não temos provas para afirmar ou negar tal coisa.

Pela teoria do Big Bang podemos apontar duas possibilidades para um sujeito divino: (1) Colocar externamente a força que promoveu a expansão de tal átomo e temos, para alguns, um teísmo, para outros, um deísmo. (2) Colocar internamente tal força e caímos num panteísmo. O átomo seria o próprio Deus, então, tudo é Deus. Pois, poderíamos chamar de Deus tal força interna. Porém, esse modelo cria outros problemas. Além de colocar o bem e o mal no mesmo ser, torna Deus finito e divisível, embora a matéria possa ser dividida infinitamente.

Vê-se que na segundo possibilidade temos um panteísmo semelhante ao proposto por Espinosa (1955) que afirmou que Deus seria a substância originária e autofundada, causa de si da qual tudo procede. Essa substância tem infinitos atributos, imutáveis e de igual dignidade da substância. A natureza são afecções, ou seja, são os modos da substância aparecer, tais como os pensamentos, as coisas singulares extensas e as manifestações empíricas.

A partir da teoria do *Big Bang*, podemos afirmar a existência de uma energia que, em dado instante expandiu e formou o universo. Então, descartando o deus antropomórfico das religiões e olhando as posições da ciência e da filosofia, a única coisa que podemos afirmar a respeito de Deus é que ou Ele existe ou Ele não existe e, atualmente, não temos como resolver tal disjunção lógica.

3 DO ESTADO

Os quatro primeiros parágrafos desta parte do trabalho foram copiados, com pequenas modificações, do livro do autor deste TCC, cujo nome é “Do Estado, do Direito, da Cidadania, e da Democracia Classista”².

Não se pode afirmar com exatidão quando ou onde o Estado aparece. Mas, saber como, quando, aproximadamente, e por que o mesmo surgiu é muito importante para especular sobre o seu futuro. Pois, ao responder essas perguntas

² Vide Referências.

obtêm-se dados sobre porque o homem necessitou ou desejou que o Estado existisse e isso permitirá ligar o seu surgimento às necessidades fundamentais e permanentes dos homens ou a determinadas circunstâncias, que já podem estar superadas ou ao atendimento das necessidades ou conveniência de uma classe social. Assim, como a história do Estado resume o passado do homem, sua presença atual pode prefigurar o futuro da sociedade.

Existem inúmeras teorias sobre o momento histórico em que o Estado apareceu. Para uma considerável parcela de pensadores a história do Estado se confunde com a própria história do homem, pois, aparentemente, desde os agrupamentos primitivos o Estado já existia embrionariamente e estaria à espera de circunstâncias especiais para se concretizar. Tais pensadores consideram o Estado como uma coisa universal na sociedade; que existe uma coincidência entre o momento do aparecimento da sociedade humana e o do Estado e lhe atribuem a condição de princípio fundante de toda organização social. Afirmam que o homem não inventou, mas descobriu a forma do Estado.

Outros pensadores sustentam que o Estado é uma construção, é uma invenção do homem e que a sociedade, por algum tempo, existiu sem ele. Nessa corrente de pensamento há uma grande variedade de opiniões quanto aos motivos pelos quais o Estado teria surgido, porém, o que há em comum entre esses pensadores é que os grupos sociais puderam viver durante algum tempo sem necessitar do Estado. Para alguns deles a evolução social determinou uma complexidade crescente da organização, chegando-se a um ponto em que o poder político precisou ser criado, aparecendo o Estado.

Um autor que estudou essa questão e adotou uma posição que o Estado foi criado a partir da evolução social, foi o etnólogo Lewis Henry Morgan, cujas conclusões adquiriram grande importância, pois serviram de base para a fundamentação do pensamento de Karl Marx sobre a origem do Estado. Segundo a teoria de Morgan, os homens viviam em grupos homogêneos e pouco numerosos que, quando havia guerra, submetiam-se a um chefe militar. Com o passar do tempo os grupos cresceram em número e surgiram desequilíbrios internos, provocados por conflitos de interesses. Isto fez com que o chefe temporário se tornasse permanente, assumindo a tarefa de manter a disciplina interna e fixar as diretrizes fundamentais para o grupo. Paralelamente ao poder do chefe foram criados outros órgãos de

decisão, surgindo assim um complexo aparelho de poder político. Nesse momento estava criado o Estado.

Neste trabalho nossa preocupação maior não é com o aparecimento do Estado, mas com sua consolidação através da sua relação como a religião. Pois, como apontou Bakunin (2014, P. 125), “[...] não pode existir Estado sem religião”. Então, vamos apontar os tipos de Estados em conformidade com as religiões. Bakunin (2014, p. 81) também afirmou que “[...] todos os Estados, (...) nada mais foram, com todas as suas instituições políticas e jurídicas e suas classes dominantes e privilegiadas, senão sucursais temporais” das religiões. Já, para Pierre Bourdieu (2014, p. 453) o “Estado seria [...] o centro do que se chamava uma religião civil”.

Quanto as relações do Estado com as religiões podemos apontar 4 tipos de Estados: (1) Confessional; (2) Teocrático; (3) Ateu; (4) Laico.

3.1 Estado Confessional

O Estado confessional toma uma religião como sendo a oficial daquele Estado. Porém, não proíbe seus cidadãos de professarem outras religiões. Portanto, existe uma relativa liberdade religiosa. Na atualidade o exemplo mais claro que temos de Estado confessional é a Inglaterra. Na Inglaterra a religião oficial do Estado é a Anglicana, cujo chefe é a rainha ou o rei inglês.

3.2 Estado Teocrático

Estado teocrático é um Estado de religião única. Na teocracia o Estado adota uma religião como oficial e seus cidadãos não podem professar outra e se o fizer estará sujeito às sanções impostas por tal religião. Pois, as leis que regem as ações políticas e jurídicas têm origens nas doutrinas da religião adotada oficialmente pelo Estado. Portanto, o cidadão só pode exercer a religião adotada pelo Estado teocrático.

A maioria dos Estados teocráticos é de matriz islâmica, cujas leis estão sustentadas pelo Alcorão. Como exemplos, temos Afeganistão; Irã; Mauritânia; Arábia Saudita; Sudão; Iêmen. Atualmente temos somente dois Estados teocráticos que seguem a Bíblia e sustentam uma moral judaico-cristã que são o Vaticano, cujo

chefe é o Papa e Andorra, cujos chefes de Estado, ou co-príncipes, são o bispo da comarca catalã de La Seu d'Urgell e o presidente da França.

3.3 Estado Ateu

Estado ateu é a imagem especular invertida do Estado laico. Pois, enquanto no Estado laico são permitidas todas as religiões, no Estado Ateu não é permitido aos cidadãos professar qualquer tipo de religião. Não é permitida a construção ou manutenção de igreja ou religião. O Estado adota uma doutrina ateuísta, ou seja, de não crença em qualquer tipo de divindade e impõe tal doutrina a todos seus cidadãos.

3.4 Estado Laico

Como já foi dito, no Estado laico são permitidas todas as religiões. É que podemos denominar de plena liberdade religiosa, inclusive a de ser ateu. Como escreveu Lenin (2013, p. 12/13) [...] “toda a pessoa deve ter plena liberdade de professar a religião que preferir ou de não reconhecer nenhuma religião, ou seja, ser ateu”. Visto que é inadmissível “[...] qualquer diferença de direitos entre cidadãos”. Assim, laico é o Estado que garante, mas não “valoriza” qualquer tipo de fé religiosa, nem a falta de fé, mantendo-se neutro na questão religiosa. Permite qualquer associação religiosa desde que não prejudiquem a vida social, nem a natureza. O Estado não pauta suas decisões por sugestões religiosas.

Um exemplo de Estado laico é o Brasil. Na Constituição de 1988, foram separadas todas as religiões do Estado. Isso está no artigo 19, inciso I, que PROÍBE o Estado brasileiro “[...] estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança”. Assim, o Estado brasileiro não deve se envolver com qualquer religião. Logo, fazer menção religiosa (símbolos, frases, cultos, etc.) que ligue o Estado a qualquer religião é inconstitucional. Nas repartições públicas, inclusive escolas públicas, não deve haver cultos ou símbolos religiosos e nas moedas de metal ou de papel não deve constar frases alusivas a qualquer

religião. Se colocar (símbolos, frases, cultos, etc.) de uma religião, obrigatoriamente, o Estado deverá colocar de todas as religiões.

O Estado laico brasileiro deve apenas garantir a liberdade dos que creem, crerem e dos que não creem, não crerem. Pois, não é por decreto estatal que os não-crentes, crerão; bem como também não é por decreto que os que creem, não mais crerão. Portanto, podemos concluir que a função do Estado é apenas garantir que todas as religiões coexistam pacificamente. Portanto, toda e qualquer relação do Estado brasileiro com alguma religião é ilegal, corrupta e promíscua.

4 DA RELIGIÃO E DA POLÍTICA

Olhemos somente a história das três principais religiões do ocidente (judaísmo, cristianismo e islamismo) veremos sempre o rei, ou o presidente, ou o primeiro ministro de mãos dadas com o general, de um lado, e com o padre ou pastor de outro. O general garante o poder pela violência autorizada, ou não, pela população e o religioso garante o poder pelo medo do inferno que impinge no povo. Então, percebemos certa inseparabilidade entre política e religião, tal como apontou Freud (2011, P. 46) que a “[...] Igreja e Exército são massas artificiais, isto é, uma certa coação externa é empregada para evitar sua dissolução e impedir mudanças na sua estrutura”. Percebe-se que, dado a essa coação, as massas artificiais freudianas guardam certa semelhança à solidariedade orgânica de Durkheim (1983).

Olhando somente o aspecto da política partidária brasileira podemos apontar que o tripé da religião e da política é o mesmo: Fé, esperança e medo. Quando um não funciona, aplica-se outro. A diferença está na metafísica e nos mitos. A política tenta afastar a metafísica e mitos. Por exemplo, nas eleições de 2018, no Brasil, foi usado o medo do comunismo. Agora, o atual governo está tentando impingir a esperança num futuro mais promissor, como melhor distribuição de renda e justiça social.

Também apontamos que nas eleições brasileira de 2022, no campo da religião, ocorreu uma disputa entre o fundamentalismo cristão e o ecumenismo cristão, na busca pela hegemonia no governo federal. Foi um embate entre o fundamentalismo cristão que, como todo o fundamentalismo, é um mal, e o ecumenismo religioso que, como toda a unidade religiosa dos povos, é um bem. Foi uma guerra entre os deuses do ódio e do amor. Venceu o ecumenismo religioso.

4.1 Da Religião

O que é religião? Religião, como definiu Durkheim (1983, p.47), “[...] é uma coisa essencialmente social”. É um fato social como outro qualquer. Já Feuerbach (1988, p.43) escreveu que é pela religião que o homem se diferencia dos demais animais. Pois, os “[...] animais não têm religião”. Feuerbach (1988, p. 31) também definiu a religião como um sonho humano no qual “[...] não nos encontramos no nada ou no céu, mas sobre a terra - no reino da realidade”. Por outro lado, Rubem Alves (1984, p. 29), definiu a religião como uma entidade “[...] construída pelos símbolos que os homens usam”. E, concordando com Feuerbach, completou afirmando que os “[...] sonhos são as religiões dos que dormem. Religiões são os sonhos dos que estão acordados” (ALVES, 1984, pag. 88).

Marx (2010, p. 145), na mesma linha de Bakunin (2014), afirmou que o Estado e a sociedade burguesa são os garantidores da religião. E, seguindo os passos de Feuerbach (1988), apontou que a religião “[...] é a *realização fantástica* da essência humana”. Seria “[...] o suspiro da criatura oprimida”. Concluiu afirmando que a religião “[...] é o *ópio* do povo”. A religião seria uma droga alucinógena que aplaca a dor do homem explorado, mas aliena o da realidade social.

A religião pressupõe fé. Como vimos anteriormente, a fé se contrapõe a racionalidade. Então, se colocarmos a religião no campo da ciência, destruímo-la. A religião deve ficar no campo da irracionalidade humana. Ou, a Religião seria, como apontou Freud (1978, p. 117/118), uma “[...] neurose obsessiva universal da humanidade”. Pois, a religião cria um “[...] sistema de ilusões plenas de desejo juntamente com um repúdio da realidade, (...) e confusão alucinatória” que, muitas vezes, tais neuroses evoluem para ataques psicóticos.

Concordamos com Freud, mas buscamos uma definição mais reducionista da religião. Dizemos que a religião é um mito ritualizado, acrescido de uma doutrina que aponta como reproduzir simbolicamente tal mito. Portanto, a religião mantém o homem em seu estágio pueril de racionalidade. Ou como apontou Freud (1978, p. 122), tal “[...] infantilismo está destinado a ser superado. Os homens não podem permanecer crianças para sempre; têm de, por fim, sair para a ‘vida hostil’” Isso ele denominou de “*educação para a realidade*”.

Freud (1978) sugeriu que, pela educação, ocorreria o afastamento da religião, tendo como consequência o processo de cura de tal neurose. Pensamos diferente,

pois, entendemos que as tendências humanas tais como: suicídio, agressividade, homossexualismo, misticismo, religiosidade ou, até mesmo, as tendências políticas (esquerda/centro/direita) são geneticamente inscritas³. Em outras palavras, não estão no adquirido, não são determinadas pelo externo, elas nascem com o sujeito. Como apontou Popper (1986, p. 50), tais tendências vêm “imprintadas”⁴ na psique humana. Portanto, pensamos que o homem não nasce uma “tábula rasa”⁵ como afirmou John Locke (1988, p.27). Freud (2010, p. 221) também apontou a divisão entre o inato e o adquirido, na qual as pessoas trazem uma organização genética e tendências para transformar os instintos egoístas em sociais, a qual denominou de “aptidão para a cultura” que “[...] consiste de duas partes, uma inata e outra adquirida na vida”. A diferença é que Freud dá ênfase ao cultural e nós ao inato.

4.2 Da Política

A palavra política vem do termo grego *politikós*, que deriva de polis, e quer dizer cidade. Então, política se refere ao trato das coisas da cidade, dos negócios públicos. Portanto se opõem ao termo grego *idiotikos*, que significa privado, que trata das coisas privadas, dos negócios privados.

Mas, o que é Política? Essa é a pergunta que muitos pensadores procuraram responder. Aristóteles (s/d, p. 12) afirmou que “[...] o homem é naturalmente um é um animal político, destinado viver em sociedade”. Também afirmou (s/d, p.110) que o fim da Política é proporcionar a felicidade e o bem-estar da população da polis. Concluiu afirmando que ética e política é a arte de viver segundo a razão. Portanto, a política aristotélica é essencialmente ética, pois tem como fim a virtude moral dos cidadãos, cujo responsável por tal feito é a polis. Para ele a ética é a doutrina moral individual e a política é a doutrina moral social.

Outro pensador que estudou os movimentos da política foi Maquiavel⁶. Para ele a política trata do que é a realidade social e a moral trata do como “deveria ser” tal realidade. Maquiavel⁷, em sua obra “O príncipe” defende um pragmatismo ético, afirmando que “o fim justifica os meios”. Tal fim não se refere a um bem comum,

³ LIBERTAS: Um movimento físico do cérebro (Vide referências).

⁴ De print.

⁵ Papel em branco.

⁶ SILVA, A. C. da. A LÓGICA DO DISCURSO DE MAQUIAVEL EM SUA OBRA “O PRÍNCIPE”. Vide Referências.

⁷ SILVA, A. C. da. Ética e moral. Vide Referências

mas um bem individual, que é o poder do príncipe. Essa é grande diferença entre Maquiavel e Aristóteles. Para Maquiavel o Estado (Polis) não tem a função de promover a felicidade e a virtude da população. Também não é uma preparação dos homens para o Reino de Deus, como defendiam os pensadores medievais. O Estado, para Maquiavel, tem a função de garantir o poder pessoal do governante.

Anna Arendt (1988) também discorda de Aristóteles e afirmou que homem é um ser a-político. Pois, a política foi inventada pelo homem. Portanto, para ela a política não faz parte da essência humana. Arendt afirma que o homem não foi criado a imagem e semelhança de Deus, mas foi criado à "imagem da solidão de Deus", por isso concorda com a afirmativa antropológica de Thomas Hobbes que, o homem em, em seu estado de natureza, viver numa guerra de todos contra todos.

Para Arendt (1988, p. 7/8), a política se sustenta na pluralidade dos homens que divergem entre si. Logo, a política trata da organização da convivência desses diferentes. Politicamente os homens se organizam "[...] para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças". Vale lembrar que Arendt era existencialista. Logo, para ela, a existência precede a essência humana. Ou seja, o homem existe e a partir dessa existência ele constroi, ou não, a sua essência. Portanto, o homem não seria um *zoom politikon* como propôs Aristóteles.

Para finalizarmos esse capítulo, apresentamos um sintético estudo sobre o livro "Plano de Poder" de Edir Macedo. Nessa obra o autor procura fazer uma leitura política dos mitos bíblicos do Velho e do Novo Testamento e aponta que o objetivo "[...] é esclarecer os cristãos acerca da política, sobretudo dos pontos de vista bíblico e técnico (...) e com clareza o grande projeto de poder elaborado por Deus para o Seu povo" (MACEDO, 2008, p. 10). Para o Velho Testamento ele aponta como povo escolhido de Deus, o povo de Israel. Já, no Novo Testamento, ele muda essa escolha e aponta como povo escolhido os cristãos. Porém, não todos os cristãos. Mas, somente os cristãos fundamentalistas neopentecostais. Mesmo porque, se o projeto divino fosse para todos os cristãos teria que universalizar e todos os povos seriam escolhidos de Deus. E, no caso do Brasil, fica nas entrelinhas que o povo escolhido de Deus é o da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).

Macedo (2008, p. 8) procura afirma uma suposta fé racional e, como vimos acima, a fé é completamente irracional. Mas, partir dessa "fé racional" ele delinea o projeto divino para um povo escolhido a partir do mito adâmico, apontando que a

partir do “[...] Gênesis, Deus nos dá uma aula de planejamento, organização e execução de uma idéia. Desde o início de tudo, Ele nos esclarece de sua intenção estadista e de formação de uma grande nação”. Porém, Adão desobedeceu ao comando divino e o projeto não vingou.

Segundo Macedo (2008), Deus tentou novamente, desta vez através de Noé. Porém, novamente o escolhido de Deus para executar o projeto para o seu povo escolhido não correspondeu à confiança nele depositada e o projeto fracassou. Com Moisés, Deus tenta pela terceira vez a retomada de Seu projeto de nação para o povo escolhido. Mas, o escolhido por Deus também falhou. Pois, na terra prometida por Deus ao seu povo escolhido correria leite e mel. Porém, Moisés conduziu o povo escolhido para uma terra onde só existe pedra e areia. Portanto, fracassou também.

Para Macedo (2008, p. 59), no momento atual “[...] Deus segue procedimentos normais e técnicos”, agora no discurso político, para conduzir seu povo na caminhada para instalação do projeto divino de nação. Conclui afirmando que cada cristão “[...] pode colaborar em muitos aspectos para a construção dessa nação dos sonhos de Deus” (2008, p. 119). Logo, se é um projeto “sonhado” por um deus, indiscutivelmente, é um projeto teocrático de governo.

Macedo (2008) apresenta um deus antropomórfico que sonha e tem vontade, que escolhe um povo e discrimina outros povos. Um deus que ama e que é justo. Mas, só conhecemos amor e justiça pela sua contraposição. Portanto, aquele que ama pode odiar e aquele é justo poder ser injusto. O pior é a total desqualificação do sujeito divino. O deus de Macedo é completamente incompetente. Pois, todos os sujeitos por ele escolhidos para a condução e realização do seu projeto, mostraram-se incompetentes. Incompetente é quem escolhe e não o escolhido.

5 CONCLUSÃO

Sempre tivemos a certeza da insignificância do homem diante do cosmos. Porém, nunca tivemos certeza sobre qualquer divindade. Divinamente só temos certeza que existe uma *energeya* (ενέργεια = energia) que agrega e dá forma ao mundo e às coisas do mundo. Essa *energeya*, a ciência chama de matéria que é a mãe (*mater*) de todas as coisas. Tal *energeya* poderia ser chamada de Deus.

Então, a partir dos textos aqui apresentados podemos inferir que a única afirmativa intelectualmente honesta a respeito de Deus é a disjunção lógica: Ou

Deus existe, ou Deus não existe. E, na atualidade, ainda não temos como resolver tal disjunção. Porém, a partir da teoria do Big Bang, podemos afirmar uma força necessária desestabilizadora de um suposto átomo primordial e que, a partir de tal desequilíbrio, tudo se tornou acaso e não mais necessidade.

Quanto ao Estado ficamos com a posição de uma construção humana. Que o Estado é uma invenção do homem e que a sociedade, por algum tempo, existiu sem ele. Portanto, o Estado foi criado a partir da evolução social. No que se refere às relações do Estado com as religiões apontamos que o Estado Laico é único que garante a total liberdade religiosa.

Reafirmamos que o tripé das religiões abraâmicas e da política ocidental é o mesmo: Fé, esperança e medo. Na religião é o medo do inferno, fé num deus que o livra do inferno e a esperança que depois da morte será uma vida sem sofrimentos. Na política, por exemplo, é o medo do “comunismo”, fé num governo que o livra do comunismo e a esperança que, no modelo capitalista neoliberal, a vida será mais feliz e com menos sofrimento. Esperança que o mercado garantirá a distribuição de renda e justiça social. O que é completamente falso. Pois, como já demonstrara Keynes (1983) o mercado não tem essa capacidade para distribuir renda e justiça social. Por isso é necessária intervenção do Estado na economia para e garantir a distribuição de renda e justiça social.

Na questão religiosa preferimos uma definição reducionista da religião, na qual a religião é um mito ritualizado, acrescido de uma doutrina que aponta como reproduzir simbolicamente tal mito. Diferentemente do que propôs Jean-Marie Guyau (2014), apontamos que a irreligião é impossível. Pois, as tendências humanas, dentre elas, o misticismo e a religiosidade veem “imprintadas” na psique de algumas pessoas. Como, possivelmente, a religião sempre estará presente no mundo recomendamos que aquele que necessitar de religião que busque àquela que o torna gente, que o humanize. Lembrando que a não-religião também pode gentificar as pessoas.

Na política seguimos a posição de Ana Arendt, que afirmou que a sociedade é uma pluralidade dos homens que divergem entre si e o papel da política seria o de organizar a convivência de diferentes pensamentos. Como a Natureza, ou as divindades, não distribuem as riquezas das nações equitativamente, nem talentos individuais iguais, o que seria uma injustiça social, o homem, numa tentativa de romper com tais injustiças, criou a política e as ideias de “moral” e “ética”.

Lembrando que na natureza não existe ética ou moral. Pois, é tão moral ou ético o leopardo matar e comer a zebra, quanto a zebra fugir e o leopardo morrer de fome⁸.

Concluimos dizendo que nos Estados com democracias classistas ocidentais a religião está para a política assim como as igrejas estão para os partidos políticos.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem Azevedo. **O que é Religião**. Abril Cultural: São Paulo, 1984.

ARENDDT, Hannah. **O Que é Política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil - Editoração eletrônica: Imagem Virtual Editoração Ltda, 2002. Disponível em: <http://arquivos.eadadm.ufsc.br/somente-leitura/EaDADM/UAB_2017_1/Modulo_1/Ciencia%20Politica/Material%20Complementar/O%20que%20%C3%A9%20pol%C3%ADtica%20Hannah%20Arendt.pdf> Acesso em: 25/04/23.

ARISTÓTELES. **A Política**. Trad. Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Atenas Editora, s/d.

ATKINS, P. W. **A Criação**. Trad. Ana T. dos Reis e Souza. Lisboa: Editorial Presença, 1981.

BAKUNIN. **Deus e o Estado**. Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Editora Hedra Ltda, 2014.

BETO, Frei. **A OBRA DO ARTISTA**: Uma visão holística do Universo. 3ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 1995.

BÍBLIA SAGRADA CATÓLICA. Tradução Domingos Zamagna et all. 32º Edição. Editora Vozes: Petrópolis, RJ, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Cia. das Letras, 2014.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15/04/23.

DESCARTES, R. **Os pensadores**. 2ª Edição. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

DURKHEIM E. **Os pensadores**. 2ª Edição. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FEUERBACH, Ludwig. **A essência do cristianismo**. Campinas (SP): Papyrus, 1988.

FREUD. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

⁸ SILVA, A. C. da. Ética e moral. Vide Referências.

FREUD. **Introdução ao narcisismo, Ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

FREUD. **Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos (1920-1923)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

GUYAU, Jean-Marie. **A IRRELIGIÃO DO FUTURO**: Estudo sociológico. Trad. Regina Schöpke e Mauro Baladi. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HAWKING, Stephen W. **Uma breve história do tempo**. Trad. Maria H. Torres. 23ª Edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KEYNES. **Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KIERKEGAARD, S. **Os pensadores**. 2ª Edição. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/Lógica dialética**. Trad. Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1975.

LENIN, **Sobre a religião**. Santo Antônio da Platina (PR). Editorial Sobrado Verde, 2013.

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. Trad. Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MACEDO, Edir; OLIVEIRA, Carlos. **Plano de Poder**: Deus, os cristãos e a política. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2ª Edição. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010.

POPPER, Karl Raimund. **Autobiografia intelectual**. 2ª Edição. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1986.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas**. Trad. Roberto L. Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

SAVIAN Filho, J. **Deus**. São Paulo: Globo, 2008.

SILVA, A. C. da. **O Problema da relação mente e corpo e a herança cartesiana**. Curitiba (PR): Juruá, 2010.

SILVA, A. C. da. **Do Estado, do Direito, da Cidadania, e da Democracia Classista**. Rio de Janeiro: Editora Albatroz, 2021.

SILVA, A. C. da. **Cinco Vias Para Demonstrar a Existência de Deus**. Disponível em: <<https://acslogos.com.br/cinco-vias-para-demonstrar-a-existencia-de-deus/>>. Acesso em: 02/04/23.

SILVA, A. C. da. **LIBERTAS**: Um movimento físico do cérebro. Disponível em: <<https://acslogos.com.br/libertas-um-movimento-fisico-do-cerebro/>>. Acesso em: 02/04/23.

SILVA, A. C. da. **A LÓGICA DO DISCURSO DE MAQUIAVEL EM SUA OBRA “O PRINCIPE”**. <<https://acslogos.com.br/a-logica-do-discurso-de-maquiavel-em-sua-obra-o-principe/>>. Acesso em: 30/04/23.

SILVA, A. C. da. **Ética e moral**. <<https://acslogos.com.br/etica-e-moral/>>. Acesso em: 30/04/23.

SPINOZA. **Ética**. Trad. Lívio Xavier. 3ª Edição. São Paulo: Atena Editora, 1955.